

Data da reunião ordinária: 05-03-2001

Início da reunião: 16.30 horas

Términus da reunião: 20.30 horas

A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.

Membros da Câmara Municipal do Entroncamento que comparecem à reunião:

Presidente: José Pereira da Cunha

Vereadores:

Olímpia Maria das Neves Valentim
Jaime Manuel Gonçalves Ramos
Luis Filipe Mesquita Boavida
António Silvino da Costa Ferreira

Outras Pessoas:

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Júlia de Jesus Canhoto Pimenta

Cargo: Chefe de Divisão Administrativa

Faltas justificadas: Carlos Alberto Alves da Silva

Faltas justificadas: João José Pescador de Matos Fanha Vieira

Faltas por justificar:

Resumo diário da Tesouraria: 05-03-2001

Operações Orçamentais: 75.998.210,00

Operações de Tesouraria: 10.939.159,50

LEITURA E APROVAÇÃO DE ACTA

LEITURA E APROVAÇÃO DE ACTA

- Foi entregue a acta da reunião realizada 19 de Fevereiro de 2001, que depois de corrigida foi aprovada.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL – PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

- Ofício nº 22/01, datado de 26 de Fevereiro, da Assembleia Municipal, a dar conhecimento de uma proposta de recomendação, aprovada na sessão ordinária realizada em 22 de Fevereiro findo, relativamente à falta de estacionamento na cidade, e com o seguinte teor:

- "A Câmara Municipal do Entroncamento desenvolva junto da C.P. e REFER esforços para que seja cedido terreno, de preferência junto da passagem superior de peões, do lado da Rua Pedro Álvares Cabral, para a construção de um novo parque de estacionamento que sirva os utilizadores da estação, mas que, no futuro, também sirva de apoio aos visitantes do Museu Nacional Ferroviário."

- Tendo a Câmara tomado conhecimento.

- O Exmo. Presidente encarregou o Sr Vereador Luis Boavida de analisar e providenciar o desenvolvimento da resolução deste problema, tendo o Sr. Vereador pedido ao Exmo. Presidente para que quando forem feitas reuniões com a REFER e com a C.P. seja convidado a participar.

- Nesta altura pelo Sr. Vereador Costa Ferreira foi presente a seguinte proposta/Estacionamento:

- " As recomendações da Assembleia Municipal devem fazer parte das preocupações do executivo camarário do Entroncamento, pelo que este lhe deve dar a devida atenção e resposta. Este assunto do estacionamento é uma preocupação de todas as forças partidárias do concelho que têm mais ou menos sensibilidade para o assunto.

- Entendo que as questões apresentadas, apesar de serem susceptíveis de acérrima discussão por lhes faltarem profundidade de análise, requerem a elaboração de um estudo aprofundado sobre o estacionamento em toda a cidade e a definição das medidas a serem implementadas para a resolução deste factor de estrangulamento do desenvolvimento local."

- Depois de aceite a proposta foi discutida tendo o Sr. Luis Boavida informado que está a aguardar 2 propostas de estacionamento que estão a ser elaboradas para a Praça Salgueiro Maia e Parque da Estação, bem como do estudo de exploração.

- O Vereador Costa Ferreira acrescentou as propostas de estacionamento, referidas pelo Sr Vereador Luis Boavida são situações pontuais que não irão resolver uma situação tão vasta verificada em toda a cidade.

- A proposta foi aprovada, ficando o Sr. Vereador Luis Boavida encarregue de continuar o estudo.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL – DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Ofício nº 23/01, datado de 26 de Fevereiro, da Assembleia Municipal, a comunicar que na Sessão ordinária realizada a 22 de Fevereiro, aprovou por maioria, o seguinte ponto de ordem dos trabalhos e simultaneamente do edital:

- " 1 - Projecto de Regulamento do Cemitério Municipal"

- A Câmara tomou conhecimento.

ASSOCIAÇÃO MUNICIPIOS MÉDIO TEJO

ASSOCIAÇÃO MUNICIPIOS MÉDIO TEJO – O FUTURO EM PERSPECTIVA

- Ofício nº 180/2001, datado de 12 de Janeiro, da Associação de Municípios do Médio Tejo, a enviar para apreciação, o documento " AMMT - O Futuro em

Perspectiva", solicitando que sejam apresentadas sugestões e contributos sobre a matéria.

- Para o efeito, o Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Financeiros, prestou a seguinte informação:

- " Propõe-nos a AMMT, que nos pronunciemos sobre as orientações estratégicas que a Sub-região deve tomar, subordinadas ao tema "AMMT - Futuro em perspectiva".

- Dado tratar-se de orientações estratégicas, é um assunto sobre o qual a Câmara deverá emitir a sua opinião.

- Contudo, como me foi sugerida a colaboração, digo o seguinte:

- Na sequência do resultado do referendo sobre a Regionalização, é inevitável o reforço dos poderes autárquicos e conseqüentemente das Associações de Municípios de características sub-regionais e regionais.

- Historiando um pouco, verificamos que a adesão de Portugal à CEE em 1986 fez convergir para o país grandes volumes financeiros destinados à sua remodelação estrutural.

- Passaram a afluir aos municípios verbas destinadas à resolução de problemas estruturais, (águas e esgotos), das redes viárias e de alguns equipamentos colectivos.

- Quinze anos depois, a perspectiva - do apoio directo a obras eminentemente municipais, se bem que ainda exista -alterou-se um pouco, passando a olhar-se para os investimentos não só a um, mas a dois e mesmo a mais municípios (como foi o caso do Aterro Intermunicipal da Resitejo) e mesmo em conjunto com outros agentes económicos, quer já existentes, quer através de sociedades mistas.

- As orientações a seguir deverão passar pelo desenvolvimento de projectos, que embora localizados num ou noutra concelho sirvam por igual toda a Sub-região, através de investimentos criteriosos na rede viária, por forma a dotá-la internamente de comunicações rápidas e eficazes.

- A Sub-região deverá definir uma estratégia competitiva relativamente exterior, afirmando-se face às suas congéneres, como espaço privilegiado nas ópticas económica, social e ambiental.

- Deverá motivar os interesses e captar os investimentos públicos e privados que entender necessários para atingir os seus objectivos.

- A posterior localização desses investimentos, deverá ser feita pelos concelhos da região, tendo como base o seu passado e as suas aptidões naturais/tradicionais, procurando especializá-los por produtos/serviços, por forma a, com base no seu passado, definir a sua "marca" a sua imagem competitiva para o futuro.

- Em conclusão, estou de acordo com a proposta apresentada pelo Senhor Administrador-Delegado, no que toca à redefinição dos objectivos, tendo em vista um novo posicionamento da Associação e da Sub-região."

- A Câmara estando de acordo com o documento elaborado pela Associação sob o tema: " A AMMT - O Futuro em Perspectiva, deliberou informar a Associação e fazer anexar o texto da declaração de voto que se segue e foi apresentada pelo Senhor Vereador Costa Ferreira:

- " O documento em discussão incide sobre conceitos que estão hoje na ordem do dia: descentralização administrativa; transferência de competências da administração central para os municípios; concertação de estratégias sub-regionais; economias de escala e formação de empresas municipais.

- Este tipo de documento vem demonstrar que a regionalização e a criação das autarquias regionais é uma necessidade objectiva da nossa época. Não foi

aprovada e legislada, devido a ignorância e a mobilização das forças mais retrogradadas e reaccionárias que se agarram aos seus velhos "status quo", protegendo os resquícios do velho estado corporativo herdado do salazarismo,. A regionalização será uma necessidade real e objectiva dos agentes económicos e sociais. Vamos lá chegar só que pelo caminho mais longo e mais penoso impelidos pelas necessidades históricas.

- O documento discute detalhes importantes sobre que tipo de empresas intermunicipais a criar e levanta questões sobre a racionalidade de utilização dos meios, de saber se as empresas intermunicipais servem ou não para obtenção de economias de escala ou se são mais uma forma de esvaziamento da competência dos municípios e em que medida a qualidade dos serviços está dependente deste tipo de economias de escala. No entender da CDU, cada caso é um caso e as empresas a serem criadas deverão ter capitais exclusivamente municipais ou, em caso de necessidade de obtenção de parcerias para a transferência de competências e "saber fazer", deve ser salvaguardada a predominância de capitais públicos das autarquias.

- Cada vez mais se contrapõem as economias de escala às deseconomias de escala inerentes a estruturas demasiado pesadas e a consecutiva deterioração dos serviços prestados (exemplo) da HCLTejo).

- Mas o mais importante é dizer que "não se fazem omeletes sem ovos", não bastam as intenções, são necessários os meios. A par da descentralização de competências deve proceder-se a atribuição dos meios financeiros (por transferência directa do Estado ou da criação de instrumentos de colecta de recursos financeiros pelos próprios municípios).

- A regionalização previa os instrumentos de exercício do poder democrático e os meios financeiros adequados a descentralização das competências do governo central para as autarquias de 1º grau (autarquias regionais), ao contrário o actual processo de descentralização torna as autarquias num instrumento do estado centralizador servindo-se delas para aliviar o orçamento central, sem atribuir os devidos meios financeiros.

- Outra questão que se coloca é a da dimensão das sub-regiões e a natureza dos interesses em jogo que vão dificultar a efectiva racionalização e planificação dos meios disponíveis devido a falta de estratégia, visão regionalista, inserção regional e dificuldades no relacionamento com as outras subregiões.

- Não se pode querer atribuir competências de regionalização a uma associação de municípios cuja natureza e génese é estritamente municipal e que portanto, os seus elementos devem lutar pelos legítimos interesses do município. Os interesses em jogo são antagónicos e portanto inultrapassáveis.

- A criação de uma associação pré-regionalista como a alvitada no documento nunca terá uma legitimidade democrática antes funcionará como mais um instrumento do Poder Central para dominar e subjugar as autarquias através da coação financeira. O Estado português, ineficiente por tradição, estende constantemente os seus tentáculos, multiplicando as suas estruturas para poder satisfazer as clientelas partidárias.

- Do documento não constam questões fundamentais, como o fim dos fundos comunitários e a dotação dos meios financeiros alternativos nacionais e a necessidade do reforço financeiro para as autarquias.

- A estratégia regional com dimensão suficiente e alicerçada na legitimidade democrática é mais viável e importante que as possíveis estratégias bairristas e individualistas dos grupos de municípios mesmo quando apresentem iniciativas

pomposas com nomes sonantes e sugestivos (pólos tecnológicos de Abrantes e de Torres Novas ou ainda o Triângulo Estratégico).

- Dominam os bairrismos, fruto de protagonismos desmedidos e pouco racionais. No entanto é necessário conjugarem-se esforços e captarem-se sinergias em nome do progresso e do bem estar das populações da nossa região e impedir o esbanjamento de recursos em enormes empreendimentos duplicados ou triplicados.
- A descentralização e ampliação das competências e dos objectivos da Associação de Municípios do Médio Tejo nunca poderá dar grandes frutos, no entanto vai despertar algumas consciências menos ganhas para a causa regionalista e constituirá de certeza um bom exercício pedagógico."

RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

EXP.ATERRO SANITÁRIO UNIDADES DE TRANSFERÊNCIA
ECOPONTOS/ECOCENTROS

- Fax da Associação de Municípios Médio Tejo - Resitejo, a informar que aquela Direcção em reunião de 16 de Fevereiro findo, deliberou aceitar a proposta da HLCTejo, no sentido de adoptar para o ano de 2001, o valor de 4.220\$00/ton., para a tarifa.
- A Câmara tomou conhecimento.

MUSEU NACIONAL FERROVIÁRIO

MUSEU NACIONAL FERROVIÁRIO – PIDDAC 1998, 1999, 2000 E 2001

- Ofício nº 24/01, datado de 20 de Fevereiro, da Comissão Executiva para a Instalação do Museu Nacional Ferroviário, a enviar o relatório da reunião ocorrida na secretaria de Estado dos Transportes.
- A Câmara tomou conhecimento.
- Seguidamente o Vereador Sr António Ferreira apresentou o seguinte requerimento:
- " O signatário requer nesta data a V. Ex^a., com carácter de urgência, para a próxima reunião de Câmara ordinária, o agendamento do assunto prestação de contas da actividade do MNF.
- Esta nossa preocupação decorre da falta de capacidade de mobilização dos recursos financeiros consignados nos PIDDACs para 1998 e 1999, o que nos suscita as maiores reservas e preocupações. As contas do MNF estão no "segredo dos deuses", a única informação que nos é dada refere-se às intenções de investimento e sua orçamentação. Preocupa-nos sobretudo os gastos com despesas correntes e de representação.
- Aguardo sinceramente que o Senhor Presidente agende de facto o assunto para a próxima semana, para evitar delongas e mal-entendidos, até porque o solicitado é de fácil e rápido atendimento."

- Os Srs Vereadores do PSD apresentaram o seguinte pedido de esclarecimento:
- " Em reunião de 29/11/2000 o Sr Presidente reiterou a sua confiança na Comissão Executiva do Museu Nacional Ferroviário, em especial do Dr. Pinto Pires.
- Na passada Assembleia Municipal, a Bancada do Partido Socialista, e na pessoa do seu porta-voz, Sr. José Fernando Pereira, pediu a substituição do Dr Pinto Pires uma vez "que ele está a fazer um mau trabalho para o museu..."
- Afinal, Sr. Presidente, em que ficamos? Existe descoordenação ou o PS já não tem conta as opções e tomadas de posições do Sr. Presidente?
- No entanto, e independentemente das lutas intestinas no PS, estão os vereadores do PSD muito preocupados com o Museu Nacional Ferroviário e, sinceramente,

esperamos que estas desavenças no seio do PS não ponham ainda mais em risco o futuro deste equipamento que se reveste da maior importância para o desenvolvimento do Entroncamento."

- O Sr. Presidente reafirmou a confiança no Dr. Pinto Pires.

CLUBES ASSOC. DESPORT. CULTURAIS DO ENTRº

ASSOC. FILARM. ENTº - FINANCIAMENTO (AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS)

- Carta da Associação Filarmónica e Cultural do Entroncamento, no sentido de promover uma maior sensibilização para a actividade musical daquela Banda e toda a mais valia cultural que dão à Cidade, ou seja à população em geral, solicitam o financiamento de 2.000.000\$00, para aquisição de novos instrumentos dadas as imensas dificuldades financeiras com que se debatem, e as quais enumeram.

- Nesta altura, o Exmo Presidente propôs verbalmente que se atribuisse um subsídio de 300.000\$00 (trezentos mil escudos), além do subsídio mensal habitual.

- Após os Srs Vereadores tecerem alguns considerandos e entendendo-se conveniente saber quais os tipos de instrumentos e preços de cada, o Sr Vereador Costa Ferreira propôs que a Câmara em conjunto com a Junta de Freguesia tente resolver este problema uma vez que igual petição foi presente àquela entidade.

- A Câmara deliberou proceder de acordo.

CLUBE AMADOR PESCA ENTº - SEDE SOCIAL E PLANO DE ACTIVIDADES

- Carta datada de 15 de Janeiro findo, do Clube Amadores de Pesca do Entroncamento, a agradecer a recepção da carta por eles enviada relativa à mudança da sede social e aos custos das obras que envolveram a recuperação, adaptação e melhoramentos das instalações onde se encontram no momento presente, assim como enumeram as despesas que efectuaram.

- A juntar as estas despesas e no sentido de tornar a sede mais acolhedora aos sócios e a quem os visita, adquiriram uma televisão e uma máquina de café que rondou os 300.000\$00 (trezentos mil escudos).

- Anexam o Plano de Actividades para 2001, o qual tenta ser o mais abrangente possível, contemplando a dinamização da sede social, o lazer, a competição, a iniciação da pesca desportiva aos escalões etários mais novos, bem como a intervenção ecológica junto dos recursos hídricos circundantes.

- Neste sentido, enviaram ao Sr. Presidente um convite para visitar a modesta mas simpática sede social.

- A Câmara, de acordo com a proposta dos Sr. Vereador da Tarefa específica, deliberou, atribuir, para o efeito um subsídio de 200.000\$00 (duzentos mil escudos).

P.I. SOB VIA FÉRREA AO KM106,751 ENTº

INF. P. I. – EXECUÇÃO DE CORRIMÃO EM ESCADAS E RAMPA DE ACESSO

- Factura nº 291, de 7 de Fevereiro de 2001, da firma Joalis - Construção Civil e Obras Públicas, Lda, adjudicatária da empreitada de " Infraestruturas da Passagem Inferior - Pavimentação da Zona Pedonal Ramo 2 - Escadas e Rampa - Execução de Corrimão em Escadas e Rampa de Acesso", no valor total de 167.603\$00 (cento e sessenta e sete mil, seiscentos e três escudos), referente a trabalhos a mais - 1ª adicional, executados na referida empreitada, conforme auto de medição nº 1, que anexam.

- A Câmara, após os pareceres favoráveis dos respectivos serviços, deliberou por unanimidade, homologar o auto e liquidar a factura.

INF. P.I. – PAVIMENTAÇÃO ZONA PEDONAL RAMO 2 – ESCADAS E RAMPA

- Factura nº 292, datada de 7 de Fevereiro de 2001, da firma Joalis - Construção Civil e Obras Públicas, Lda., adjudicatária da empreitada de " Infraestruturas da Passagem Inferior - Pavimentação da Zona Pedonal Ramo 2 - Escadas e Rampa",

referentes a trabalhos a mais, 2ª adicional, na referida empreitada, conforme auto de medição nº 2, que anexam.

- A Câmara, após os pareceres favoráveis dos respectivos serviços, deliberou por unanimidade, homologar o auto e liquidar a factura.

INF. P.I. – PAVIMENTAÇÃO ZONA PEDONAL RAMO 2 – ESCADAS E RAMPA

- Factura nº 293, datada de 7 de Fevereiro de 2001, da firma Joalis - Construção Civil e Obras Públicas, Lda, adjudicatária da empreitada de " Infraestruturas da Passagem Inferior - Pavimentação da Zona Pedonal Ramo 2 - Escadas e Rampa", no valor total de 341.757\$00 (trezentos e quarenta e um mil, setecentos e cinquenta e sete escudos), referente a trabalhos a mais, 1º adicional, conforme o auto de medição nº 2, que anexam.

- A Câmara, após os pareceres favoráveis dos respectivos serviços, deliberou por unanimidade, homologar o auto e liquidar a factura.

CAMPO M.FUTEBOL ENTº.(CAMPO DE TREINOS)

BANCADA DO CAMPO DE JOGOS DO BONITO

- A Câmara homologou o Auto de Consignação de Obra, elaborado pela D.O.M.S.U., em 4/12/2000, referente à empreitada da "Bancada do Campo de Jogos do Bonito", adjudicada à Firma Quimlena, Construções, Lda.

BANCADA DO CAMPO DE JOGOS DO BONITO

- Factura nº 350, datada de 29 de Dezembro de 2000, da firma Quimlena - Construções, Lda, adjudicatária da empreitada de " Bancada do Campo de Jogos do Bonito", no valor total de 8.244.802\$00 (oito milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e dois escudos), referente a trabalhos executados na referida empreitada, conforme auto de medição nº 1, que anexam.

- A Câmara, após os pareceres favoráveis dos respectivos serviços, deliberou por unanimidade, homologar o auto e liquidar a factura.

EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

CONTA CORRENTE DO EMPRÉSTIMO NO VALOR DE 400.000 CONTOS

- Da Secção de Contabilidade foi presente uma informação, na sequência da deliberação de 15 de Junho de 1999, relativamente ao empréstimo no valor de 400.000 contos.

- Anexam para o efeito a conta corrente do referido empréstimo.

- A Câmara tomou conhecimento.

AQUISIÇÕES DIVERSAS

VIATURA MISTA TIPO VAN

- Na sequência de uma informação apresentada pelo Encarregado Geral Fernando Lima, com vista à substituição da viatura Ford-Trânsit (HN-09-16), foi presente uma informação do Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Financeiros sobre a aquisição desta viatura, tendo sido deliberado retirar este assunto para o Dr. Martinho recolher outros elementos, considerando-se não ser o carro apresentado, o ideal para o fim a que se destina.

CARRO PARA RECOLHA DE RSU

- Do Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Financeiros, foi presente a seguinte informação:

- " 1 - No âmbito do processo de aquisição de uma viatura para recolha de resíduos sólidos urbanos, originado por deliberação de Câmara de 8/1/2001, foi solicitado a 5 empresas do ramo, a saber

- Vecofabril

- Soma

- Resol

- Basrio

- Vadeca
- Que informassem qual a marca que representam e se a mesma possui contrato com a Direcção-Geral do Património.
- 2 - Não respondeu a firma Basrio.
- 3 - Das que responderam, verifica-se que apenas a Soma e a Vecofabril possuem contrato com a DGP.
- 4 - Assim, seria oportuno iniciar-se o processo de escolha da viatura, permitindo-me sugerir a V^a. Ex^a., que designasse as pessoas (Vereadores e/ou funcionários) que devem fazer parte da Comissão de Escolha da viatura . E falo nesta Comissão porque segundo o artº 86º do Decreto-Lei nº 197/99, desde que o bem se encontre inscrito na DGPE, pode ser adquirido por ajuste directo, não sendo por isso obrigatório o concurso.
- 5 - Iguamente se torna necessário o seu pagamento a pronto. Assim, proponho o recurso à locação financeira."
- O Exmo. Presidente propôs que a Comissão de Escolha fizessem parte os Srs Vereadores Costa Ferreira e o Encarregado Fernando Lima, ao que a Câmara deu o seu acordo.

CIRCUITO PEDONAL

CIRCUITO PEDONAL

- Presente o processo do " Arranjo Paisagístico da Av^a das Forças Armadas - Circuito Pedonal", foi deliberado fazer baixar aos Srs Vereadores para apreciação e posteriormente à reunião, devendo ser entregues fotocópias do projecto aos Srs Vereadores.

ACCÕES CULTURAIS

ATELIER "A TERRA" (CICLO DO BARRO E CICLO DO PÃO)

- A Câmara tomou conhecimento de uma informação dos Serviços Culturais:
- " Decorreu, entre os dias 5 e 9 de Fevereiro, O Atelier "A Terra" (Ciclo do Barro e o ciclo do Pão) no Centro Cultural do Entroncamento, com a 1^a sessão entre as 9.30 e as 12.00 horas e a 2^a sessão entre as 14.00 e as 16.30 horas.
- Realizados que foram os objectivos pretendidos com esta actividade (folheto anexo), cumpre-me informá-lo que os alunos que estiveram presentes pertenciam ao grupo etário do Ensino Básico do 1º Ciclo, totalizando 186 crianças.
- Junto se anexa cartaz, relação diária de participações e relação de transporte proporcionado pela autarquia."

"O GATO CANTOR" – MÚSICA PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

- A Câmara tomou conhecimento de uma informação dos Serviços Culturais do seguinte teor:
- " No dia 13 de Fevereiro, decorreu no Centro Cultural do Entroncamento, pelas 10 horas um espectáculo de música denominado " O Gato Cantor".
- Realizados que foram os objectivos pretendidos com esta actividade (folheto anexo), cumpre-me informá-lo que os alunos que estiveram presentes pertenciam ao grupo etário do Pré-Escolar (sendo a maioria de 5 anos), totalizando 122 crianças - segundo lotação exigida pelo grupo responsável (cerca de 100 crianças).
- Junta se anexa cartaz, relação diária de participações e relação de transporte proporcionado pela autarquia."

- O Sr Vereador Jaime Ramos indagou sobre o transporte utilizado ter sido autocarro de aluguer em detrimento dos do Município.
- O Exmo. Presidente informou que dois estavam ocupados e o outro encontrava-se avariado.

EXPEDIENTE DIVERSO

COMBOIOS TURÍSTICOS E PARQUES TEMÁTICOS SOBRE COMBOIOS

- Do Sr Vereador Carlos Silva foi presente a seguinte informação:
- " Conforme superior autorização de V. Ex^a desloquei-me a diversas localidades francesas e espanholas durante a primeira semana de Dezembro passado com o objectivo de conhecer novas realidades sobre os diversos tipos de comboios turísticos e parques temáticos sobre comboios.
- Após esta deslocação efectuei alguns contactos para troca de opiniões e amadurecimento de ideias no sentido de analisar as potencialidades do nosso concelho para os diferentes tipos de equipamentos que, nesta área, podemos concretizar.
- Estando, agora, em posse dos elementos julgados suficientes para uma primeira abordagem do tema e com a finalidade de saber se há sensibilidade da C.M.E. para prosseguir com novos contactos e iniciativas, solicito a V. Ex^a. a marcação de uma reunião com todos os vereadores para a análise deste assunto.
- Nomeadamente:
- 1 - Tipo de comboios turísticos que podemos ter:
- Via normal?
- Via estreita?
- De recreio?
- 2 - Hipótese de criação de um parque temático:
- Onde?
- Em que condições?
- 3 - Financiamento e viabilidade económica destes projectos.
- 4 - Complementaridade com a actividade do M.N.F.
- 5 - Tipo de exploração:
- Municipal?
- Do Museu?
- Privada?
- A Câmara, atendendo a que o Sr. Vereador não está presente nesta reunião deliberou retirar este assunto para análise com a sua presença.

ZONA INDUSTRIAL

Z. I. – ALIENAÇÃO NOVA UTILIZAÇÃO ÁREA DEST. IMPLANTAÇÃO VIA FÉRREA

- Na sequência de deliberações anteriores, foi presente um processo em nome da firma Ezequiel Martins, Ld^a, sobre a "Alienação e Nova Utilização da Área Destinada à Implantação da Via Férrea na Zona Industrial."
- A Câmara, após discussão deliberou alienar os terrenos na Zona Industrial onde estava prevista a implantação do Caminho de Ferro e submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.
- Votou contra o Sr. Vereador Costa Ferreira, que declarou: "Repudio veementemente que situações planeadas e estudadas aprofundadamente sejam postas em causa sem um estudo prévio e sem responsabilidade.
- A Zona Industrial é fracasso e o que lá se passa é sintomático da gestão autárquica desta cidade. O Regulamento aprovado pela C.M.E. e Assembleia Municipal não é respeitado.

OBRAS PARTICULARES

PROC. DE OBRAS 196/2000 - JOAQUIM MANUEL GREGÓRIO MATEUS BONACHO

- Presente o processo de obras número 196/2000, em nome de Joaquim Manuel Gregório Mateus Bonacho, referente à construção de uma moradia na Rua Projectada à D. Pedro V, lote 2, desta Cidade, conforme o projecto de Arquitectura que junta.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, deferir o processo de acordo com o parecer da D.A.U.O.P., emitido em 28/2/2001.

- Mais foi deliberado aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROC. DE OBRAS 206/2000 - FERNANDO MENDES MARQUES

- Presente o processo de obras número 206/2000, em nome de Fernando Mendes Marques, referente à construção de uma moradia no Loteamento Casal Vaz - lote 48, desta Cidade, conforme o projecto de Arquitectura que junta.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, deferir o processo de acordo com o parecer da D.A.U.O.P., emitido em 21/2/2001.

- Mais foi deliberado aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROC. DE OBRAS 215/2000 – ARTUR INÁCIO MENDES

- Presente o processo de obras número 215/2000, em nome de Artur Inácio Mendes, referente à construção de uma moradia na Urbanização Casal Vaz - lote 100, desta Cidade, conforme o projecto de Arquitectura que junta.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, deferir o processo de acordo com o parecer da D.A.U.O.P., emitido em 21/2/2001.

- Mais foi deliberado aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROC. DE OBRAS 234/2000 – JOSÉ HENRIQUES VAZ PITACAS

- Presente o processo de obras número 234/2000, em nome de José Henriques Vaz Pitacas, referente à construção de uma moradia na Urbanização do Pinhal da Lameira - lote 23, desta Cidade, conforme o projecto de Arquitectura que junta.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, deferir o processo de acordo com o parecer da D.A.U.O.P., emitido em 1/3/2001.

- Mais foi deliberado aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROC. DE OBRAS 45/00 – CONSTRUÇÕES E URBANIZAÇÕES MOTOVIRO, LD^a

- Presente o processo de obras número 45/00, em nome de Construções e Urbanizações Motoviro, Ld^a., referente à construção de um edifício na Urbanização Casal do Grilo - lote 70, desta Cidade, conforme o projecto que junta.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, deferir o processo de acordo com o parecer da D.A.U.O.P., emitido em 19/2/2001.

- Mais foi deliberado aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROC. DE OBRAS 46/00 - CONSTRUÇÕES E URBANIZAÇÕES MOTOVIRO, LD^a

- Presente o processo de obras número 46/00, em nome de Construções e Urbanizações Motoviro, Ld^a., referente à construção de um edifício na Urbanização Casal do Grilo - lote 75, desta Cidade, conforme o projecto que junta.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, deferir o processo de acordo com o parecer da D.A.U.O.P., emitido em 19/2/2001.

- Mais foi deliberado aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROC. DE OBRAS 141/00 – FILIPE DE FRIAS ANTUNES DA GRAÇA

- Presente o processo de obras número 141/00, em nome de Filipe de Frias Antunes da Graça, referente à construção de uma moradia na Urbanização Casal do Grilo - lote 39, desta Cidade, conforme o projecto que junta.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, deferir o processo de acordo com o parecer da D.A.U.O.P., emitido em 19/2/2001.

- Mais foi deliberado aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROC. DE OBRAS 144/97 – JARDIM DA GRAÇA-INFANTÁRIO E ATL, LDª

- Presente o processo de obras número 144/97, em nome de Jardim da Graça - Infantário e ATL, Ldª., referente à construção de um Jardim de Infância na Rua do Chafariz, desta Cidade, conforme o projecto que junta.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, deferir o processo de acordo com o parecer da D.A.U.O.P., emitido em 20/2/2001.

- Mais foi deliberado aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROC. DE OBRAS 20/95 – ARTUR VENTURA RIBEIRO

- Petição de Artur Ventura Ribeiro, residente em Pessegueiro, 3240 Ansião, a solicitar alteração do uso do seu Pavilhão na Zona Industrial para armazém, devido à actividade que pretende desenvolver não ser industrial.

- Para o efeito a D.A.U.O.P. emitiu o seguinte parecer:

- " Trata-se de um lote que no Plano de Pormenor é destinado a indústria, pretendendo-se agora a sua ocupação num armazém.

- A Câmara autorizou já situações análogas, pelo não temos quaisquer considerações a colocar.

- Em caso de viabilização do pretendido deverá ser apresentado um novo projecto, ou solicitar-se a revalidação do existente, actualmente caducado, com a entrega das necessárias alterações."

- A Câmara, tudo visto, deliberou por maioria, deferir a petição, de acordo com o parecer emitido.

- O Vereador Sr. Costa Ferreira, votou contra por se tratar desta forma o planeamento da Zona Industrial e se desrespeitar o Regulamento para a Zona Industrial voltou a referir que as infraestruturas e a falta de cumprimento levaram ao fracasso total desta infraestrutura.

- Mais foi deliberado aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

LOTEAMENTOS

ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 2/95 – REDUÇÃO DE GARANTIA BANCÁRIA

Presente uma informação do Técnico Adjunto de Construção Civil Ramiro, datada de 5/2/2001, referente à redução de garantia bancária nº 551.1000017520, no valor de 17.100.000\$00 (dezasete milhões e cem mil escudos), referente ao alvará de loteamento nº 2/95 em nome de João Esteves & António Dias Esteves, Ldª., enumerando diversos trabalhos executados e a executar bem como os respectivos valores, informando que a referida garantia poderá ser reduzida para 4.100.000\$00 (quatro milhões e cem mil escudos).

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, aceitar a redução desta garantia, conforme a informação prestada.

- Mais foi deliberado aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROC. DE LOT. Nº 4/99 – MANUEL DE JESUS RIBEIRO E OUTRA

- Foi de novo presente o processo de loteamento nº 4/99, em nome de Manuel de Jesus Ribeiro e Outra, no Casal do Marcos Ferreira, bem como a informação dos Serviços datada de 27/01/2001.
- A Câmara está em condições de aprovar desde que dado tratar-se de um processo interligado com a II Fase da Zona Industrial e existir da parte do loteador uma viabilidade de contemplar a rotunda.
- Mais deve ser considerado o arruamento - execução do troço de ligação da estrada das Vendas sendo proposto que fosse colocado que no valor das taxas fossem deduzidas na execução desse arruamento.
- Ainda o processo de loteamento carece de definição pelo GAT em conjunto com o Sr. Engº Fernandes da parcela a ceder para o arruamento de II Fase da Zona Industrial à variante dos Riachos. Esta parcela será cedência que resultará do alvará de loteamento.
- Mais foi deliberado que aquando da entrega dos projecto de infraestruturas deverá ser corrigida a planta com as áreas de implantação dos armazéns de modo a que este não ultrapassem a área de 60% dos respectivos lotes.
- Toda esta deliberação foi aprovada por maioria, atendendo à abstenção do Sr. Vereador Costa Ferreira por com esta deliberação não se mostrarem apresentados a definição das alterações, ou melhor não foram apresentadas as plantas finais do projecto e não foram dos Serviços Técnicos entregues os respectivos pareceres.
- Entende que as deliberações devem-se basear em documentos devidamente elaborados na sua forma final e não na sua forma hipotética.
- As deliberações de reuniões anteriores, rotunda, largura da área da rotunda e outros pormenores não foram tidos em conta na forma de documento - planta.
- Mais foi deliberado aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ZONA INDUSTRIAL

AQUISIÇÃO E TERRENO – II FASE DA ZONA INDUSTRIAL

- A Câmara com conhecimento de que o terreno que pretende adquirir para a Zona Industrial - II Fase, englobava área diversa de outro proprietário, voltou a analisar este processo, tendo deliberado modificar as suas anteriores deliberações no sentido de passar a constar que o terreno que pretende adquirir para a ampliação da Zona Industrial tem a área de 68,257 m², conforme se mostra assinalado na planta de trabalho que todos rubricaram mantendo-se todo o restante, designadamente titularidade e valor de aquisição.

OBRAS PARTICULARES

PROC. DE OBRAS 77/97 – OSIRIS – SOC. IMOBILIÁRIA, LD^a

- Presente o processo de obras número 77/97, em nome de Osiris - Sociedade Imobiliária, Ld^a., referente a alterações na construção de um edifício na Rua Miguel Bombarda - lote 3, desta Cidade, conforme o projecto que junta.
- A Câmara, embora este processo não tivesse sido agendado concordou na sua apreciação e tudo visto e analisado, deliberou por maioria, deferir o processo de acordo com o parecer da D.A.U.O.P., emitido em 5/3/2001, com abstenção do Sr. Vereador Costa Ferreira, que apresenta declaração sobre o mesmo na próxima reunião.
- Os Srs Vereadores do PSD condicionaram a sua votação. Só consideram o processo deferido caso o Sr. Chefe da D.A.U.O.P. ponha o visto no processo, aliás, como faz sempre.
- Mais foi deliberado aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

CEDÊNCIA DE TERRENOS

ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 1/91

- A Câmara que reunira previamente com os representantes da Misericórdia do Entroncamento, tendo em vista o estudo de uma eventual cedência do terreno àquela entidade, analisou uma informação da Chefe de Divisão Administrativa no sentido de obter informação sobre qual a parcela que a Câmara pretende vir a ceder e que carece de Registo na Conservatória do Registo Predial.
- Assim, foi deliberado por unanimidade desafectar do domínio público a seguinte parcela de terreno:
 - " Parcela com 7485 m2, sita na Urbanização do Casal do Grilo, na Freguesia e Concelho do Entroncamento, que confronta de: Norte com o Lote 9 da Urbanização do Casal do Grilo e Rua José Francisco Cunha Saldanha; Sul com Lote 8 e Rua Arlindo Freitas Gonçalves; Nascente com " Fernanda e Violante, Ld^a" e a Poente com terreno público.
 - Qualquer destas parcelas estão consideradas no alvará de loteamento nº 1/91 emitido em 3/4/91, à firma " Construções e Urbanizações - Monteiro & Lopes, Ld^a".
 - Quanto ao valor a atribuir à parcela em questão encarregou o Sr. Eng^o Fernandes de definir o valor do terreno.

REUNIÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

HORÁRIOS DE REUNIÕES

- Alteração dos dias e hora durante o mês de Março.
- Por motivos impeditivos de alguns dos Srs Vereadores de estarem presentes nas reuniões da Câmara Municipal foi deliberado que até ao final do mês de Março estas ocorressem às terças-feiras pelas 17 horas.

VOTO DE PESAR

VOTO DE PESAR

- A Câmara atenta o desastre humano com perda de vidas ocorridas aquando do acidente em que ruiu a ponte de Entre-os-Rios, deliberou manifestar à Câmara de Castelo de Paiva e à Câmara de Penafiel um voto de pesar pelo trágico acontecimento ocorrido no passado domingo, referindo que:
 - " É, em momentos como este, que faltam as palavras...
 - Não podemos, no entanto, e desta forma simples mas sentida, deixar de nos solidarizar com o profundo pesar que é vivido por todos os que, directa ou indirectamente, foram atingidos por esta tragédia que chocou toda uma nação e que, a todos, deixou mais pobres."

GEMINAÇÕES

GEMINAÇÃO – MOSTEIROS

- Apresentou o Sr Vereador Jaime Ramos a informação da situação em que se encontra o problema de saúde da bolseira Cabo Verdiana deslocada no âmbito da geminação no nosso concelho. Atento o grave problema visual da mesma e o diagnóstico apontado pelo cirurgião " Dr. Luis Cardiga", prevê-se a necessidade urgente da intervenção cirúrgica com o transplante de córnea, o que com o valor da operação se aproximará a um custo de 1.500 contos.
- Deliberando Câmara avançar já com a assumpção destes encargos, no acompanhamento considerado urgentíssimo ao nível de saúde foi também deliberado informar a Câmara de Mosteiros desta situação.

OUTROS ASSUNTOS

OUTROS ASSUNTOS

- 1 - Pelos Srs Vereadores do PSD foi efectuado o seguinte pedido de esclarecimento:

- "Pavilhão Polidesportivo (2ª e 3ª Fases)
- Sr Presidente:
- Os Vereadores do PSD, preocupados com o estado em que se encontra a referida obra questionam:
- Para quando o início da execução da cobertura do pavilhão, visto ter já decorrido toda a fase processual, incluindo a adjudicação?
- Qual é o momento previsto para a entrega do projecto da 3ª fase? Já era para ter sido há mais de um ano...
- O Sr. Presidente informou esta Câmara que seria até ao final do ano 2000. Já decorreram mais de dois meses e ainda não foi presente à reunião de Câmara qualquer projecto ou justificação para a sua falta!
- Achamos que é um equipamento demasiado caro para ser feito de acordo com os "timings" exclusivos do Sr. Presidente.
- O Entroncamento não pode ser uma terra adiada! A população (particularmente os jovens) está impaciente e farta de esperar!
- O Pavilhão Polidesportivo é um equipamento estruturante para a cidade e a população reclama a sua conclusão.
- Com o III QCA aberto, não podemos continuar a enganar as pessoas, dizendo que não há dinheiro, conforme o Sr. Presidente referiu em recente entrevista.
- Sr. Presidente: tem que se assumir uma vez por todas, dizendo à população que não tem projectos!
- Alertámos, no princípio deste mandato, que o III QCA se aproximava a passos largos. Para o Sr. Presidente, "entrou por um ouvido a 200 Km hora e saiu a 400 Km hora". Com toda esta velocidade, não nos admira que os municípios do Entroncamento até os comboios deixem de ver passar!..."
- Informou o Exmo. Presidente que ao projecto só falta uma pequena parte do ar condicionado.
- " Amanhã perguntará ao GAT porque lhe fora comunicado que seria entregue até finais de Fevereiro.
- Quanto à II Fase - aguarda-se o visto do Tribunal de Contas".

- 2 - O Sr. Vereador Jaime Ramos informou sobre uma carta de Carlos Alberto Pato das Neves, que lhe fora endereçada, leu nova carta de Fevereiro.
- Informou o Sr. Presidente que relativamente a esse assunto foi respondido ao Sr. Engº Pato das Neves através da Assembleia Municipal.
- De seguida o Sr Vereador Jaime Ramos leu resposta por si dada ao Sr. Engº Pato das Neves.
- Foi tomado conhecimento.

- 3 - Do mesmo Vereador pedindo o empenhamento do Exmo. Presidente para que tudo seja providenciado no sentido de prever a inclusão do Centro de Saúde no PIDDAC.
- Foi tomado conhecimento.

- Da Srª Vereadora Olímpia Valentim sobre a abertura de uma nova farmácia, apresentou a seguinte informação:
- "Depois de várias insistências dirigidas ao INFARMED, no ano de 1996, 97, 98, 99 e 2000, solicitando a abertura de concurso para mais uma farmácia, só em Dezembro p.p., recebemos resposta do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos,

informando que existem algumas propostas enviadas ao INFARMED, mas incompletas, sugerindo-nos então, como proceder.

- Assim, e de acordo com as directrizes do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos, enviamos em 18-Dezembro-00, novo pedido à ARSLVT (Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo), acompanhada de planta da cidade com a localização das 3 farmácias existentes, o Hospital e o Centro de Saúde, solicitando a abertura de mais uma farmácia para o concelho, devendo este organismo solicitar a nossa pretensão ao INFARMED.

- Em 01/02/2001, recebemos resposta da administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, informando que foi enviado ao INFARMED, por este organismo, proposta de abertura de concurso para a instalação de farmácia no concelho do Entroncamento. Caberá agora ao INFARMED de acordo com a alínea 3 do artº 1º da Portaria nº 936-A-99 de 22 de Outubro, analisar a proposta de ARSLVT e decidir a abertura do concurso."

- Foi tomado conhecimento.

- Pela Srª Vereadora Olímpia Valentim a Câmara tomou conhecimento da actividade do Centro de Convívio da 3ª Idade:

- Assim:

- " 1- O Centro de Convívio teve a sua primeira saída no ano 2001, no dia 22 de Fevereiro, com um passeio a Fátima, para visitarem o Museu de Cera e o Presépio.

- Inicialmente estiveram inscritas 64 pessoas, mas só 48 concretizaram o passeio, com viatura camarária.

- 2 - No dia 23 de Fevereiro houve baile no Centro de Convívio e no dia 26, Baile de Máscaras, animado pelo professor Carlos Alberto, seguido de um lanche."

- 6 - A Câmara tomou conhecimento do esclarecimento que entendeu a Srª Vereadora Olímpia Valentim de fazer:

- Assim:

- " A propósito de um artigo publicado pelo jornal " O Mirante", na sua edição de 15 de Fevereiro p.p., cumpre-me esclarecer, para os menos atentos às " Rasteiras" do nosso português, que eu não dei entrevista nenhuma ao referido jornal. Aliás, depreende-se facilmente, com uma leitura atenta, que o jornalista aproveitou algumas opiniões minhas e mesmo essas, algumas deturpadas, para elaborar o artigo.

- Eu fui sim, abordada pelo Sr. jornalista, para dar um esclarecimento sobre o Parque Infantil da Praceta Frutuoso Mendes e que veio publicado no Semanário da semana anterior (8 de Fevereiro).

- Na sequência desse esclarecimento e a talhe de foice, sem ser interpelada pelo mesmo, abordei o assunto da zona verde, tendo acrescentando a determinada altura..."e não digo mais, porque vocês fazem notícia de tudo"...

- Este comentário descontraído da minha parte, é prova evidente, que não considere estar a falar para o jornal, mas sim para o cidadão que conversava comigo.

- Tenho dito."

- 7 - Foi apresentado pela Srª Vereadora Olímpia Valentim o seguinte protesto:

- " Se o artigo do jornalista do jornal " O Mirante" na sua edição de 15 de Fevereiro p.p. não me indignou, apesar de algumas frases menos verdadeiras e ideias não

bem explicitadas, o mesmo não acontece com a Declaração da bancada do PSD, que considero acintosa, chegando mesmo a ferir a minha sensibilidade, quando afirmam "...que não apresentei projectos que sensibilizassem a dezena de vereadores que comigo fizeram, parte desta Câmara, na última década"...

- Muito haveria a dizer sobre esta afirmação, se de facto eu estivesse neste barco, com o fim de alcançar a qualquer preço, a outra margem, a margem da vitória eleitoral.

- A minha ambição está acima das loucuras eleitoralistas.

- Ambicionei tão só tornar a minha terra aprazível, onde todos, tanto os naturais, como os adoptivos, se sintam bem.

- Tal não foi conseguido, assumo a minha parte de responsabilidade, que é, quer queiram quer não, a menor de todos vós.

- Sobre a Zona Verde é evidente que o estado em que a mesma se encontra é de culpa exclusiva do Partido Socialista mas não minha, terão de admiti-lo.

- O que se tem passado com o Largo das Comunidades, também nada tem a ver comigo e sinto vergonha deste arrastar da situação.

- A obra não é nem será minha, mas tudo fiz para que este projecto arquivado há tantos anos, fosse uma realidade.

- Quanto à falta de pessoal nunca solicitei à oposição para me ajudar a resolver o problema, são assim muito infelizes com a vossa afirmação, para quem, quando emito a minha opinião acerca de determinadas tarefas na área do jardim, não são para o número de efectivos que dispomos e deviam ser contratadas empresas de especialidade, sempre salientei e saliento, que tinha e tenho o vosso apoio.

- Quando afirmam, que na vossa opinião,..." primeiro deveria manter e preservar em boas condições os jardins que possuímos e depois partir para a obra que, seguindo o artigo, pode ser considerada como a "sua" obra Municipal"... Sua é da exclusiva responsabilidade de quem a escreve, esta vossa afirmação bem como todo o teor da vossa declaração, exprimem desconsideração e revelam uma atitude de comportamento, que eu jamais tomaria convosco, mas na ânsia cega de desconsiderarem o parceiro politicamente, nem mediram o alcance das vossas palavras, que pura e simplesmente, confirmam a minha afirmação quando digo, que na Câmara do Entroncamento as pessoas não estão sensibilizadas para o investimento nos jardins e zonas verdes.

- Sobre a mesma afirmação muita coisa haveria a dizer, porque a mesma frase se aplicaria a investimentos de largos montantes, que não na minha área e que estão a ser investidos pela câmara, inviabilizando outras necessidades.

- Mas, utilizando uma expressão do Sr. Presidente, deixa-me ficar calada, o tempo tudo há-de esclarecer."

- 8 - Pelo Sr Vereador Costa Ferreira foi indagada a formação das Comissões de vistorias a edifícios de habitação e a estabelecimentos comerciais.

- Foi informado.

- 9 - Pelo mesmo Vereador foi proposto que a via do trânsito na Passagem Inferior só fosse aberta quando estivesse em condições a passagem de peões.

- Nada foi deliberado, tendo no entanto abordada a questão de ser escorregadia a pedra das escadas e propôs que se estudasse o problema pelos Serviços Técnicos da C.M.E.

- 10 - Indagou o Sr Vereador e o Sr. Dr. Martinho esclareceu sobre a encomenda de contentores.

- 1 - De imediato, apresentou o Sr Vereador Costa Ferreira a seguinte moção que foi aprovada por unanimidade e será enviada aos órgãos de tutela:

" Moção/Política de Financiamento Local

- A Lei de Finanças Locais actualmente em vigor foi positiva e desempenhou um papel importante. O grande problema verificado foi mais uma vez o seu incumprimento, apesar da aprovação por unanimidade dos partidos da Assembleia da República. Ao mesmo tempo, regressaram figuras de financiamento discriminatórias e sem critérios transparentes e objectivos.

- São muitas as iniciativas políticas lesivas do Poder Local, pelo que se sintetizam algumas:

- o Poder Central tem seguido uma política de extorsão dos municípios quando lhes impõe novos encargos e atribuições (transferências de competências na área dos bombeiros, protecção de menores, recuperação de habitações degradadas, combate à droga, apoio ao associativismo, responsabilidades na defesa do património histórico, estatal etc...) sem as correspondentes contrapartidas financeiras, bem como a redução das suas receitas através do recurso à multiplicação de isenções sobre receitas cuja arrecadação é pertença das autarquias;

- a transferência de responsabilidades para as autarquias sem a correspondente dotação orçamental não só se traduz na elevação da sua capacidade real de realização e investimento, mas num mecanismo de redução prática da sua capacidade financeira;

- juros de mora lançados pela administração central sobre dívidas da Caixa Geral de Aposentações, ADSE, Serviços Sociais, Administração Fiscal;

- falta de regulamentação dos contratos-programa que deve assegurar que estes só existam para o Poder Central participar em obras do Poder Local. Esta indefinição não pode servir, usando mecanismos de chantagem, para o Poder Local financiar o Poder Central. Nem deve haver, por carências de regulamentação, a possibilidade de favores e desfavores;

- os municípios marcadamente urbanos (nos quais se inclui o Entroncamento), não possuindo bolsas de terrenos adequados para infraestruturas colectivas, terão de se sujeitar as leis de mercado onde reina a especulação ou lançar mão de expropriação. As actuais leis são restritivas de políticas autárquicas de solos adequadas. Os fracos recursos financeiros e a especulação dos solos tornam a situação inoportável para as autarquias. O estado obriga os municípios a adquirirem terrenos para a instalação de escolas básicas do 2º e 3º ciclo, de pavilhões gimnodesportivos, centros de saúde, tribunais, etc... isto tudo numa postura de pura chantagem: ou dão os terrenos ou não há infraestruturas. O Decreto-Lei nº 77/84, que estabelece o regime de delimitação e coordenação das actuações da administração central e local de investimentos públicos é claramente desrespeitada. A aquisição dos terrenos para a construção de tribunais, escolas e outros estabelecimentos da responsabilidade da administração central deve salvaguardar o princípio da justa repartição dos recursos financeiros do Estado e o equilíbrio financeiro dos municípios.

- O normal funcionamento das autarquias passa pelo cumprimento da Lei das Finanças Locais e cumprimento da Lei da delimitação das competências do Poder Central e do Poder Local.

- Com a diminuição progressiva do volume dos fundos comunitários urge pensar-se uma nova lei das finanças locais que deve ter em conta a substituição destes por recursos nacionais a transferir para as autarquias."

INFORMAÇÕES

INFORMAÇÕES

- Foram ainda focados alguns assuntos, a saber:
 - Do Sr Vereador Luis Boavida
 - Projecto do Mercado Grossista
 - Cobertura do Mercado Diário.
- Do Exmo. Presidente
 - Alterações do Quadro de Pessoal
 - Montagem da II Fase das cadeiras na Tribuna do Cine-Teatro S. João.
- Do Sr Vereador Jaime Ramos
 - Falta de disponibilidade de pedreiros para o Campo de Treinos.
- Da Sr^a Vereadora Olímpia Valentim
 - Comissão de Protecção de Jovens em Risco . Necessidade do aluguer de um espaço na Rua Falcão de Sommer para o seu funcionamento - apoio ANMP.

PAGAMENTOS

PAGAMENTOS

- A Câmara deliberou autorizar os pagamentos no valor total de 29.818.955\$00 (vinte e nove milhões, oitocentos e dezoito mil, novecentos e cinquenta e cinco escudos), referente às autorizações de pagamento números 1195 a 1422.
- Mais foi deliberado aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

INTERVENÇÃO DE MUNÍCIPIES

INTERVENÇÃO DE MUNÍCIPIES

- Pelo Exmo. Presidente foi dada a palavra aos munícipes presentes que abordaram o seguinte:
 - Dr^a Dora Lucas Neto - em representação da firma Osiris e sobre o processo abordado na reunião.
 - Abordou a mesma questão o Sr Eng^o João Cardoso.

DELIBERAÇÕES

DELIBERAÇÕES

- E nada mais havendo a tratar o Excelentíssimo Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta.
- E eu, _____, Chefe de Divisão Administrativa, a redigi, subscrevo e vou assinar, juntamente com o Excelentíssimo Presidente e Vereadores presentes.